



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

PLANO ANUAL DE AUDITORIA 2026

NOVEMBRO DE 2025

ARACAJU/SE



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1- CAPACIDADE OPERACIONAL	5
2- ATIVIDADES PREVISTAS	6
3- METODOLOGIA/SELEÇÃO DE OBJETO DE AUDITORIA.....	7
4- CRONOGRAMA	13
5- PRINCIPAIS RESULTADOS ESPERADOS.....	14
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS	14
Anexo I - Atividades do Departamento de Auditoria Interna (DAI).....	16
Anexo II – Macroprocessos e Riscos Chaves.	19
Anexo III – Objetos de Auditoria e Riscos-Chaves	50
Anexo IV – Cronograma de Atividades	66

INTRODUÇÃO

De início, cabe destacar que, em conformidade com o disposto no art. 74 da [Constituição Federal de 1988](#) e no art. 10, IV da [Resolução CNJ nº 308/2020](#), este Departamento de Auditoria Interna compõe o Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário SIAUD-Jud. Com efeito, o mencionado sistema tem por finalidade (art. 11 da [Resolução CNJ nº 308/2020](#)):

- I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual respectivo;
- II - acompanhar e avaliar a execução orçamentária e os programas de gestão;
- III - verificar a observância e comprovação da legalidade dos atos de gestão;
- IV - avaliar os resultados, especialmente quanto à eficiência e à eficácia das ações administrativas, relativas à governança e à gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal, nos seus vários órgãos;
- V examinar as aplicações de recursos públicos alocados por entidades de direito privado; e
- VI subsidiar meios e informações, bem como apoiar o controle externo e o CNJ no exercício de sua missão institucional.

Ademais, conforme art. 2º da [Resolução TJSE nº 14/2021](#):

[...] é missão da Auditoria Interna agregar valor e proteger/melhorar as operações organizacionais, auxiliando a Alta Administração a alcançar os seus objetivos institucionais, com a adoção de abordagem sistemática para a avaliação e melhoria da eficácia, eficiência, efetividade e economicidade dos processos de governança corporativa, de gestão, de gerenciamento de riscos e de controle, de forma a contribuir para a boa e regular utilização dos recursos públicos sob sua guarda.

Para cumprimento das finalidades e da missão, o Conselho Nacional de Justiça determinou por meio do Capítulo VII, Seção IV, da [Resolução CNJ nº 309/2020](#), os instrumentos de Planejamento das Auditorias. Entre os instrumentos mencionados, encontra-se o Plano Anual de Auditoria (PAA).

Para tratar deste, destaca-se os seguinte dispositivos da Resolução.

Art. 31. **O planejamento das auditorias será composto** pela Estratégia de Auditoria, pelo **Plano Anual de Auditoria (PAA)** e pelo planejamento dos trabalhos de cada auditoria.



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Parágrafo único. A estratégia de auditoria e o PAA devem ser submetidos à **apreciação e à aprovação do presidente do tribunal** ou conselho, nos seguintes prazos: (incluído pela Resolução n. 633, de 25.8.2025)

[...]

II – no que se refere ao **PAA, até 30 de novembro de cada ano, e deve ser publicado na página do tribunal** ou conselho **na internet até o 15º dia útil de dezembro**. (incluído pela Resolução n. 633, de 25.8.2025)

[...]

Art. 36. O PAA objetiva identificar as auditorias a serem realizadas pela unidade de auditoria interna, devendo consignar o planejamento e a programação das atividades de auditoria dos tribunais e conselhos para um exercício.

Art. 37. Para a elaboração do PAA, a unidade de auditoria interna deverá considerar:

I – metas e objetivos traçados nos instrumentos de planejamento orçamentário, financeiro e estratégico;

II – os projetos prioritários da unidade estabelecidos na Estratégia de Auditoria Interna;

III – planos, programas e políticas gerenciados ou executados por meio do tribunal ou conselho;

IV – observância da legislação aplicável ao tribunal ou conselho;

V – resultados dos últimos trabalhos de auditoria realizados;

VI – determinações, recomendações ou diligências pendentes, expedidas pelas Corregedorias, nacional ou estadual, órgão de controle externo e unidade de auditoria interna do tribunal ou conselho; e

VII – diretrizes do CNJ no que tange às Ações Coordenadas de Auditoria.

Parágrafo único. As diretrizes de que trata o inciso VII serão aprovadas até o dia 30 de outubro do cada ano, evidenciando áreas prioritárias a serem auditadas pelos tribunais ou conselhos.

Art. 38. O PAA deverá:

I – apresentar de forma clara e objetiva a extensão, a metodologia e o cronograma de desenvolvimento dos trabalhos de auditoria, bem como os principais resultados esperados com a execução do plano;

II – evidenciar as áreas de exame e análise prioritárias, estimando o tempo, os recursos humanos e as capacitações necessárias à execução dos trabalhos, com o fito de demonstrar ao tribunal ou conselho quais as metas da equipe de auditoria e quais benefícios surgirão a partir da execução dos trabalhos;

Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

III – conter, em anexo, a descrição sumária de cada auditoria com indicação dos riscos, da relevância, do objetivo, dos resultados esperados, do escopo e do dimensionamento da equipe; e

IV – prever a realização de consultorias de modo a não prejudicar as ações de auditorias previstas.

Parágrafo único. Ao considerar a aceitação de trabalhos de consultoria e a sua incorporação ao PAA, o responsável pela unidade de auditoria interna, deverá analisar se a quantidade de horas destinadas ao trabalho de consultoria se adequa a quantidade de horas planejadas para as auditorias.

Na mesma senda prevê o [Manual de Auditoria do Poder Judiciário - CNJ](#), p. 13, que o Plano Anual de Auditoria (PAA) “estabelece o conjunto de ações de avaliação e consultoria, para um determinado exercício, com o propósito de priorizar os trabalhos a serem realizados de forma consistente com objetivos e metas institucionais do órgão”.

Desse modo, em cumprimento das determinações normativas, elaboramos e encaminhamos para apreciação e aprovação o Plano Anual de Auditoria (PAA) para o exercício de 2026, com o objetivo de estabelecer o cronograma das atividades de avaliação e consultoria a serem realizados neste Tribunal no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026.

Para o referido exercício, foi feita a previsão da realização de auditorias e monitoramentos, bem como outras atividades administrativas de natureza obrigatória e/ou com o objetivo de aprimorar os processos de trabalho da unidade e o gerenciamento de riscos.

1- CAPACIDADE OPERACIONAL

Conforme [Portaria TJSE nº 34/2025 GP1 - Normativa](#), a unidade tem lotação paradigma de 10 servidores. Contudo, atualmente, apenas 09 servidores estão lotados no Departamento e em suas Divisões e Setores, sendo: 02 servidores com formação em Ciências Contábeis e Direito, 01 em Ciências Contábeis, 05 em Direito e 01 em Matemática e Estatística.



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

.Desse modo, considerando: o quantitativo de servidores; os dias úteis do ano de 2026; as horas diárias de trabalho; e as possibilidades de afastamentos de servidores, apresenta-se a seguinte estimativa:

Estimativas por servidor (dias úteis)	
Total de dias do ano de 2026	223
Férias	-24
Folgas Eleitorais	-4
Licenças Médicas (períodos inferiores a 3 dias)	-10

Total Líquido de dias úteis no ano 185

Multiplicando-se os dias úteis (185 dias), pelas horas diárias de trabalho (06 horas), bem como, pelo quantitativo de servidores (09 servidores), obtém-se a monta de **9.990 horas disponíveis de recursos humanos** para unidade no ano de 2026.

Ressalte-se que, devido a licenças médicas (períodos superiores a 03 dias) no ano de 2025, 02 servidores se afastaram do labor, 01 por 180 dias e outro por 01 ano. Até então, não temos previsão do retorno desses. Por isso, destaca-se que as horas apresentadas são passíveis de redução.

2- ATIVIDADES PREVISTAS

Conforme [Anexo I – Atividades do Departamento de Auditoria Interna \(DAI\)](#), preveem-se um total de **11.068 horas estimadas para realização das atividades da unidade durante o ano de 2026**.

Destarte, de acordo com a comparação entre as horas disponíveis de recursos humanos e horas estimadas para realização das atividades, observa-se uma **defasagem de 1.078 horas**. Por conseguinte, para cumprimento integral das atividades, seria necessário alocar a unidade ao menos mais 01 servidor (1.110 horas). Isto, sem olvidar a possibilidade de continuidade dos afastamentos por licença médica (superiores 03 dias).



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

3- METODOLOGIA/SELEÇÃO DE OBJETO DE AUDITORIA

O art. 34 da [Resolução CNJ nº 309/2020](#) determina que as unidades de auditoria devem “considerar os objetivos estratégicos da organização, bem como a análise de riscos realizada pelas unidades auditadas” na elaboração dos planos de auditoria.

Na mesma esteira o [Manual de Auditoria do Poder Judiciário - CNJ](#), p. 36 determina que “o PAA deve estar em harmonia com o plano estratégico do órgão, com as expectativas da alta administração e com o processo de gestão de riscos, quando houver e for considerado confiável.”

Prossegue o Manual, p. 36, determinando que o processo de elaboração do planejamento anual das atividades de auditoria interna é segregado em três momentos distintos:

- a) Primeiro, “são identificados e estudados os processos auditáveis”;
- b) Segundo, “os processos são priorizados com base nos riscos que oferecem para o atingimento dos objetivos estratégicos no órgão.”
- c) Terceiro, “os processos são selecionados conforme a capacidade operacional e demais fatores que a unidade de auditoria julgar necessário.”

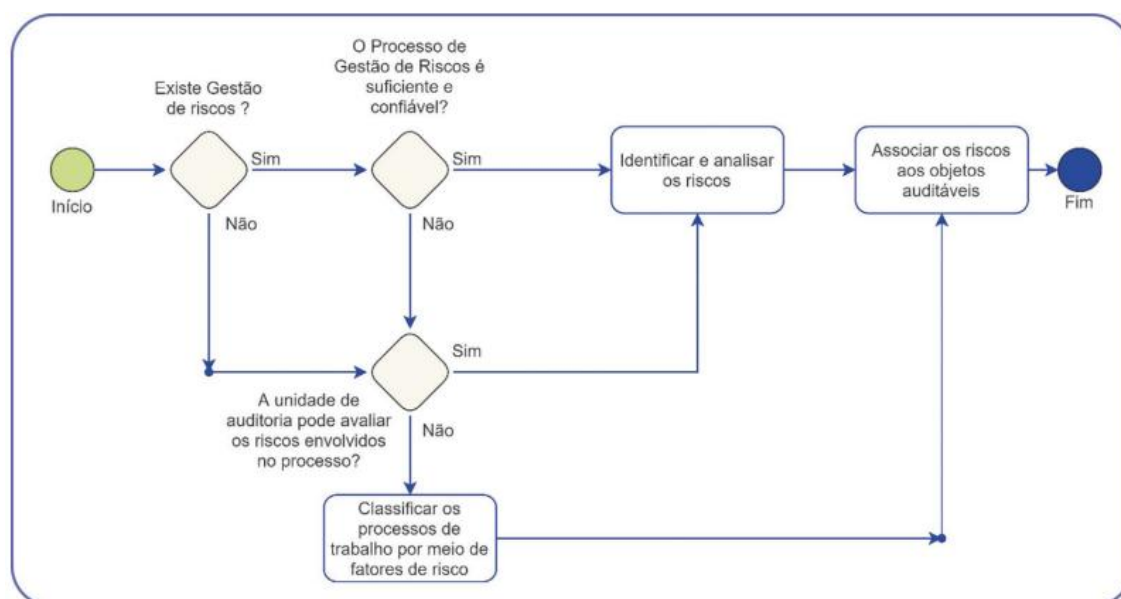
No tocante à priorização dos processos auditáveis, orienta o Manual (p. 37) que esta etapa deve subdividir-se em duas:

- Etapa 1 - Avaliação da maturidade da gestão de riscos do tribunal ou conselho: essa avaliação deve possibilitar à unidade de auditoria a tomada de decisão sobre em que medida ela poderá, ou não, valer-se dos riscos que, eventualmente, já tenham sido mapeados e avaliados pela gestão; e
- Etapa 2 - Seleção dos trabalhos de auditoria com base em riscos: deverá ser utilizado o cadastro de riscos da unidade auditada, se confiável, e, se não, o mapeamento de riscos ou dos fatores de riscos realizado pela própria unidade de auditoria.

Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Conforme “Fluxo de Decisões para Priorização dos Objetos Auditáveis” definido no [Manual de Auditoria do Poder Judiciário - CNJ](#), p. 38, adaptado da Orientação Prática - Plano de Auditoria Baseado em riscos, CGU, Brasília, 2020:

Figura 1 - Fluxo de Decisões para Priorização dos Objetos Auditáveis.



Fonte: Orientação Prática - Plano de Auditoria Baseado em riscos, CGU, Brasília, 2020 (Adaptado)

Desse modo, o Departamento de Auditoria Interna (DAI) deste Tribunal deu início ao processo de planejamento anual de auditoria por meio do levantamento de dados organizacionais, como: legislação aplicável, estrutura administrativa, cadeia de valor, objetivos estratégicos, desdobramento dos objetivos estratégicos em processos de trabalho, riscos institucionais e setoriais e seus respectivos controles, bem como o relacionamento desses, com os objetivos estratégicos e processos de trabalho. Tarefa executada por meio de pesquisa legal, normativa e institucional.

Destaca-se que durante os trabalhos, foi estabelecido canal permanente de comunicação com a Corregedoria Geral de Justiça e com a Ouvidoria Geral deste Tribunal (Processos SEI nº 0022211-92.2025.8.25.8825 e 0022149-52.2025.8.25.8825), consoante determinado no art. 34, § 3º da [Resolução CNJ nº 309/2020](#) e no [Manual de Auditoria do Poder Judiciário - CNJ](#), p. 43.



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Também foi realizada uma pesquisa junto às unidades responsáveis pelas Gestões por Processos de Trabalho e de Riscos (processos SEI nº 0023989-97.2025.8.25.8825 e 0023945-78.2025.8.25.8825), com o objetivo de identificar os objetos de auditoria (Macroprocesso e processos) e verificar a maturidade da Gestão de Riscos, bem como a possibilidade de utilizar os dados produzidos por essas ferramentas para orientar a identificação e a priorização dos objetos de auditoria.

O foco foi adquirir entendimento abrangente do objetivo, estrutura, funcionamento e histórico de resultados organizacionais, identificando as áreas de maior relevância e vulnerabilidade, os principais riscos associados aos macroprocessos e processos de trabalho e como esses se relacionam com os objetivos estratégicos deste Tribunal. No intuito de direcionar o planejamento para temáticas de avaliação que promovam a melhoria dos processos de governança, de gestão de riscos e de controles internos, contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão e para o atingimento de seus objetivos.

Contudo, consoante informado pelas unidades (docs. 2808130 e 2858612), embora exista minuta da cadeia de valor (doc. 2812832), ela ainda “não foi oficialmente aprovada”. Também, não foi estabelecida, ainda a “relação formal entre os processos de trabalho mapeados e os macroprocessos”, nem há “correlação entre macroprocessos, processos de trabalho e macrodesafios do planejamento estratégico.”

No que se refere aos mapeamentos dos riscos institucionais e setoriais, bem como seus respectivos controles, não houve manifestação das unidades até a elaboração deste plano. Entretanto, em nossas pesquisas iniciais, foi observado que, não obstante tenha havido formalmente a instituição da Política de Gestão de Riscos deste Tribunal ([Resolução TJSE nº 21/2021](#), [Portaria TJSE nº 87/2021 GP1 - Normativa](#) e [Metodologia de Gestão de Riscos do TJSE](#)), sua operação ainda não foi iniciada.

Desse modo, utilizamos para a seleção dos objetos de auditoria o procedimento descrito pelo [Manual de Auditoria do Poder Judiciário - CNJ](#), p. 39, item “2.2.4.2. Seleção com base na avaliação de riscos realizada pela unidade de auditoria”, dividido nas seguintes etapas:

Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

- a) Etapa 1 - Identificar e avaliar os riscos-chave relacionados aos macroprocessos de auditoria identificados;
- b) Etapa 2 - Associar os riscos dos macroprocessos aos processos de trabalho (objetos de auditoria); e
- c) Etapa 3 - Priorizar os objetos de auditoria com base em riscos.

Seguindo as orientações do [Manual de Auditoria do Poder Judiciário - CNJ](#), bem como utilizando como referência a minuta da Cadeia de Valor apresentada pela Administração (doc. 2812832), a [Estrutura Administrativa](#), as [Comissões, Comitê e Grupos deste Tribunal](#), o [Regimento Interno](#) e a [Portaria TJSE nº 77/2018 GP1 – Normativa](#), identificamos os seguintes Macroprocessos e respectivo somatório de nível de risco, conforme detalhado no [Anexo II – Macroprocessos e Riscos-Chaves](#).

Ordem de Priorização	Macroprocesso	Nível
1º	Gestão e Fortalecimento da Prestação Jurisdicional	1.387
2º	Gestão de Sistemas Informatizados e de TIC	1.178
3º	Gerir Comunicação e Relação Institucional	1.036
4º	Gerir Ativos e Serviços	999
5º	Realizar e Gerir Licitações, Contratações e Convênios.	978
6º	Gestão Contábil, Orçamentária e Financeira	955
7º	Prestar Serviços Sociais e de Saúde à Servidores e Magistrados	904
8º	Administrar Recursos Humanos	860
9º	Gestão Sustentável	848
10º	Gestão e Fortalecimento dos Serviços Extrajudiciais	842
11º	Gestão de Políticas Judiciárias	828
12º	Formação e Desenvolvimento dos Recursos Humanos	782
13º	Gestão Estratégica	710

Observa-se, nessa primeira etapa, que foi priorizado o Macroprocesso Gestão e Fortalecimento da Prestação Jurisdicional. Entretanto, cabe destacar que esse Macroprocesso já foi objeto de avaliação por meio da [Ação Coordenada de Auditoria \(ACA\) promovida pelo CNJ para o ano de 2025, sobre Gestão e Destinação de](#)



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Valores e Bens Oriundos de Prestações Pecuniárias, da Pena de Multa, Perda de Bens e Valores. Ademais, embora ainda não tenha sido divulgado o Objeto de Auditoria da Ação Coordenada de Auditoria (ACA) para o ano de 2026, as sugestões feitas na reunião extraordinária do Comitê de Governança e Coordenação do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário, realizada no dia 24/09/2025 ([Ata](#)), sinalizam a realização de outra ACA voltada para a área finalística.

Também se deve destacar que, nos últimos anos, foram realizadas auditorias voltadas especialmente para as áreas de Tecnologia da Informação, Licitações e Contratos e Gestão de Pessoas.

Desse modo, buscando adequar a metodologia, os recursos humanos disponíveis para realização das auditorias, bem como a necessária rotatividade de macroprocessos contemplados por avaliações de auditoria. Observada também a existência de Objeto de Auditoria remanescente do último ciclo anual de planejamento ([Plano Anual de Auditoria 2025](#)), “Adoção de Práticas de Sustentabilidade”, como também, tendo em vista a continuidade de auditorias iniciadas no referido ciclo e a realização dos monitoramentos das auditorias de anos anteriores e realizadas esse ano, destaca-se o macroprocesso “Gerir Comunicação e Relação Institucional”.

Em vista do acima apontado, identificaram-se os objetos de auditoria por meio da para o referido Macroprocesso.

Definido o universo das auditorias (programas, políticas públicas, unidades de negócio, linhas de produtos ou serviços, operações, contas, divisões, funções, procedimentos, objetivos estratégicos do órgão, entre outros.), associaram-se aos objetos de auditoria os riscos-chaves do macroprocesso “Gerir Comunicação e Relação Institucional”, consoante abaixo sintetizado e detalhado no [Anexo III – Objetos de Auditoria e Riscos-Chaves](#)., tendo-se selecionado a “**Gestão da Transparência**” deste Tribunal como objeto de Auditoria para o ano de 2026, objeto que possui as seguintes características:



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Objeto de Auditoria	Gestão da Transparência
Descrição	Conjunto de atividades destinadas a garantir que as informações institucionais, administrativas, financeiras e jurisdicionais do Tribunal de Justiça sejam disponibilizadas ao público de forma clara, acessível, tempestiva e em conformidade com as normas legais.
Riscos	• Publicação incompleta ou desatualizada de dados no Portal da Transparência. • Descumprimento dos prazos e procedimentos previstos na LAI, e em normativos infralegais • Inconsistências ou falhas na qualidade da informação disponibilizada ao público. • Ausência de padronização na alimentação dos sistemas pelas unidades responsáveis. • Indisponibilidade do Portal por falhas tecnológicas ou ausência de monitoramento. • Risco reputacional decorrente de avaliações negativas de órgãos externos (CNJ, Tribunais de Contas, Ranking da Transparência e Programa Nacional de Transparência Pública).
Relevância	• A transparência é princípio constitucional e requisito fundamental para o controle social, integridade e confiança da sociedade no Poder Judiciário. • O CNJ e o TCE Sergipe realizam monitoramento permanente, incluindo inspeções, auditorias e rankings. • Impacta diretamente a percepção pública de <i>accountability</i>, governança e conformidade institucional. • Reduz riscos legais, administrativos e reputacionais.
Objetivo	Verificar a atualização do Portal da Transparência e o cumprimento da LAI e normativos sobre a matéria



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Objeto de Auditoria	Gestão da Transparência
Resultados Esperados	• Evidências de conformidade com a LAI e normativos infralegais • Identificação de pontos de melhoria na governança, controle e rotina de atualização de informações. • Recomendações para aprimoramento da qualidade, periodicidade e padronização dos dados publicados. • Avaliação do nível de responsividade e tempestividade no atendimento das solicitações do SIC. • Diagnóstico do grau de maturidade da política de dados abertos e transparência ativa do Tribunal.
Escopo	• Análise do Portal da Transparência quanto à completude, acessibilidade, tempestividade e qualidade das informações. • Verificação dos processos internos de alimentação e atualização de dados (administrativos, financeiros, orçamentários, contratos, licitações, remuneração, estatísticas etc.). Avaliação do funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), incluindo prazos, respostas e fluxo de tratamento. • Verificação de aderência à LAI e a normativos infralegais. • Avaliação da estrutura de governança, controles internos e responsáveis pela gestão da transparência.⁷ • Análise de incidentes, reclamações e apontamentos de órgãos externos referentes à transparência.
Dimensionamento da Equipe	04 Servidores

4- CRONOGRAMA

De acordo as atividades previstas, no tópico “[2- ATIVIDADES PREVISTAS](#)”, em conformidade com os prazo legais e normativos de apresentação dos trabalhos, assim como buscando uma distribuição equânime no ano, elaborou-se o seguinte previsto no [Anexo IV – Cronograma de Atividades](#).



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

5- PRINCIPAIS RESULTADOS ESPERADOS

- a) Aprimorar os processos de trabalho objeto de auditoria e monitoramento de auditoria, contribuindo para otimização da governança, bem como para a melhoria dos controles e da tomada de decisão ;
- b) Aprimorar a aplicação das leis, normas vigentes, diretrizes do CNJ e dos Órgãos de Controle Externo;
- c) Contribuir para o cumprimento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, Planejamento Estratégico, planos e programas institucionais vigentes;
- d) Otimizar a gestão orçamentária, financeira, contábil, operacional, patrimonial, de tecnologia da informação, de gestão de pessoas quanto aos critérios da efetividade, economicidade, eficiência e eficácia;

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em atenção ao contido no art. 2º da [Resolução TJSE nº 14/2021](#), o Plano Anual de Auditoria está previsto para ser executado integralmente no ano de 2026, ressalvando-se a possibilidade de execução parcial com as devidas justificativas, apresentadas, nos termos dos arts. 5º, I, a, da [Resolução CNJ 308/2020](#) e 8º, II, a, da [Resolução TJSE nº 14/2021](#).

De mais a mais, o planejamento das auditorias poderá ser alterado em decorrência de determinações específicas da Presidência do Tribunal de Justiça, considerando previsibilidade contida no art. 22, inciso V, da [Resolução TJSE nº 14/2021](#).

As equipes de auditoria serão definidas no decorrer dos trabalhos, consoantes tema, necessidades dos trabalhos e perfil dos servidores. Por seu turno, os relatórios dos trabalhos executados serão apresentados e submetidos à aprovação superior, que verificará a pertinência do sugerido, bem como a viabilidade de sua adoção, levando em consideração as metas estratégicas estabelecidas para toda a instituição.

As ações desenvolvidas auxiliarão os gestores a diagnosticar a atual situação dos processos de trabalho avaliados e a aprimorá-los, colaborando para a utilização racional dos recursos e para a prevenção de ilegalidades e irregularidades.



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Ratifique-se que as atividades aqui descritas foram definidas com o propósito de priorizar os trabalhos a serem realizados de forma consistente com os objetivos e metas institucionais do [Planejamento Estratégico 2021-2026 deste Tribunal](#). Tratam-se de sugestões desta unidade de Auditoria Interna à Alta Administração que, conforme a sua conveniência, poderá alterá-las oportunamente.

Desta forma, submetemos à consideração superior para apreciação e aprovação este Plano Anual de Auditoria (PAA), para o exercício de 2026.

Aracaju, 28 de novembro de 2025.



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Anexo I - Atividades do Departamento de Auditoria Interna (DAI)

Atividades	Obrigatoriedade	Horas previstas
Análise do Relatório de Gestão Fiscal	Art. 54 da Lei Complementar Federal nº. 101/2000 - LRF c/c art. 25, X; art. 30, XI; e art. 31, VII da Portaria TJSE nº 77/2018 GP1 - Normativa	180
Auditoria - Adoção de Práticas de Sustentabilidade (não iniciada)	Plano Anual de Auditoria (PAA) - 2025	1.200
Auditoria - Gestão de Riscos e Gestão de Processos de Trabalho (iniciada em 2025)	Plano Anual de Auditoria (PAA) - 2025	360
Auditoria - Gestão do Sistema de Informações e Proteção de Dados (iniciada em 2025)	Plano Anual de Auditoria (PAA) - 2025	360
Ação Coordenada de Auditoria (2026) - aguardando definição do Objeto de Auditoria pelo SIAUD-Jud.	Plano Anual de Auditoria (PAA) - 2026	1.200
Auditoria - Prestação de Contas	Art. 38 e 41 da Lei Complementar Estadual/SE nº 205/2011 (Lei Orgânica do TCE/SE) ; art. 85, IV do Regimento Interno do TCE/SE (Resolução TC 270 de 17/11/2011) ; c/c art. 25, VIII, art. 30, III e art. 31, VIII e XXIII da Portaria TJSE nº 77/2018 GP1 - Normativa	240
Auditoria Seleccionada (conforme tópico 3 deste)	Plano Anual de Auditoria (PAA) – 2026	1.200
Capacitações	Plano Anual de Auditoria (PAA) – 2026	640
Gestão Administrativa (Solicitações, Gestão de Servidores, Reuniões, etc.)	Administrativa	120
Elaborar Manual de Consultoria do Departamento de Auditoria/TJSE	Projeto CAPLAG	480



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Atividades	Obrigatoriedade	Horas previstas
Estratégia de Auditoria	Arts. 31, 32 e 76-A da Resolução CNJ nº 309/2020	480
Implementar Política de Gestão de Riscos no Departamento de Auditoria Interna/TJSE	Projeto CAPLAG, Resolução TJSE nº 21/2021 e Portaria TJSE nº 87/2021 GP1 - Normativa	480
Revisão e elaboração de mapeamentos de Processo de Trabalho	Resolução TJSE nº 10/2018 e Portaria TJSE nº 25/2018 GP1 - Normativa	120
Monitoramento - Auditoria no Cadastro, Marcação e Gozo das Folgas Eleitorais dos Servidores Efetivos e Comissionados (iniciado em 2025)	Plano Anual de Auditoria (PAA) - 2025	360
Monitoramento - Auditoria para o Levantamento dos Períodos de Acumulação de Férias Dos Servidores Efetivos e Comissionados do TJSE (iniciado em 2025)	Plano Anual de Auditoria (PAA) - 2025	360
Monitoramento - Auditoria sobre Licença para Tratamento de Saúde: Servidores Efetivos, Comissionados e Requisitados (iniciado em 2025)	Plano Anual de Auditoria (PAA) - 2025	360
Monitoramento - Auditoria sobre os Contratos de Prestação de Serviços/Terceirização (iniciado em 2025)	Plano Anual de Auditoria (PAA) - 2025	180
Monitoramento da Ação Coordenada de Auditoria sobre a Política contra Assédio e Discriminação no Poder Judiciário (2023)	Plano Anual de Auditoria (PAA) – 2026	360
Monitoramento da Ação Coordenada de Auditoria sobre a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário (2024)	Plano Anual de Auditoria (PAA) – 2026	360
Monitoramento da Ação Coordenada de Auditoria sobre Gestão e Destinação de Valores e Bens Oriundos de Prestações Pecuniárias, da Pena de Multa, Perda de Bens e Valores (2025)	Plano Anual de Auditoria (PAA) – 2026	360



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Atividades	Obrigatoriedade	Horas previstas
Monitoramento da Auditoria - Gestão de Riscos e Gestão de Processos de Trabalho	Plano Anual de Auditoria (PAA) – 2026	360
Monitoramento da Auditoria - Gestão do Sistema de Informações e Proteção de Dados	Plano Anual de Auditoria (PAA) – 2026	360
Elaboração do Plano Anual de Auditoria - PAA (2027)	Arts. 31, 36, 37 e 38 da Resolução CNJ nº 309/2020	240
Elaboração do Plano Anual de Capacitação - PAC-Aud (2027)	Arts. 69 a 73 da Resolução CNJ nº 309/2020	84
Relação Atualizada de Ordenadores e de Responsáveis por valores e bens públicos	Art. 87 do Regimento Interno do TCE/SE (Resolução TC 270 de 17/11/2011) c/c art. 25, XX; art. 26, XXIII e art. 28, VIII da Portaria TJSE GP1 77/2018	24
Relatório Anual de Atividades Exercidas – RAIN-T	Art. 4º e Art. 5º, §§§ 1º, 2º e 3º da Resolução CNJ 308/2020 c/c art. 7º, I, art. 8º, §§1º e 2º da Resolução TJSE nº 14/2021 e art. 25, XXIV; art. 26, XXII; e art. 30, XVIII da Portaria TJSE nº 77/2018 GP1 - Normativa	120
Relatórios Trimestrais de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial	Art. 2º, parágrafo único, I da Resolução TCE/SE nº 206/2001 c/c art. 25, XXIV da Portaria TJSE nº 77/2018 GP1 - Normativa	480

Total de Horas Estimadas

11.068



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Anexo II – Macroprocessos e Riscos Chaves.

Macroprocesso: Administrar Recursos Humanos

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Absenteísmo elevado	02 – Baixo	08 - Alto	16
Assédio e conflitos internos	02 – Baixo	05 - Médio	10
Atraso na entrega de projetos e produtos estratégicos.	05 – Médio	08 - Alto	40
Ausência de indicadores estratégicos robustos	02 – Baixo	08 - Alto	16
Ausência ou deficiência da Gestão de Riscos	05 – Médio	08 - Alto	40
Ausência ou deficiência da uniformização e padronização de atos e documentos	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Ausência ou insuficiência de backups	02 - Baixo	10 - Muito Alto	20
Baixa adesão às ações de capacitação	05 - Médio	05 - Médio	25
Baixa adesão às práticas de BPM/EPM	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Baixa integração entre sistemas	05 - Médio	05 - Médio	25
Capacitações insuficientes	02 - Baixo	05 - Médio	10
Deficiência na definição do escopo de projetos	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiências na resposta institucional a achados de Auditoria	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiências no Planejamento das ações de capacitação	02 - Baixo	08 - Alto	16
Dependência de servidores	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento entre estratégia e execução	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento na priorização de processos de trabalho	02 - Baixo	08 - Alto	16
Desatualização de normativos internos	05 - Médio	08 - Alto	40
Equívocos no cálculos e pagamento de verbas remuneratórias e indenizatórias.	05 - Médio	08 - Alto	40
Excesso de cargos comissionados	05 - Médio	05 - Médio	25



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Administrar Recursos Humanos

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Falhas no registro e controle de ponto	05 - Médio	05 - Médio	25
Fraude em processos administrativos	02 - Baixo	08 - Alto	16
Incidentes de segurança da informação com comprometimento de dados pessoais	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Inconsistência nos indicadores de Processo de Trabalho	05 - Médio	05 - Médio	25
Inconsistências ou não cumprimento de obrigações acessórias tributárias	05 - Médio	08 - Alto	40
Insuficiência da Transparência	02 - Baixo	05 - Médio	10
Litígios por heteroidentificação em concursos	01 - Muito Baixo	08 - Alto	8
Mudanças de sistemas sem testes ou homologação	02 - Baixo	08 - Alto	16
Não atendimento às recomendações do CNJ	02 - Baixo	08 - Alto	16
Não conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI)	05 - Médio	08 - Alto	40
Não conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)	02 - Baixo	10 - Muito Alto	20
Não cumprimento das metas nacionais do Judiciário	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Riscos de favorecimento e conflitos de interesse	02 - Baixo	05 - Médio	10
Vazamento de informações estratégicas por canais informais	05 - Médio	08 - Alto	40

Total

860



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Formação e Desenvolvimento dos Recursos Humanos

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Atraso na entrega de projetos e produtos estratégicos.	05 - Médio	08 – Alto	40
Ausência de indicadores estratégicos robustos	02 - Baixo	08 – Alto	16
Ausência ou deficiência da Gestão de Riscos	05 - Médio	08 – Alto	40
Ausência ou deficiência da uniformização e padronização de atos e documentos	01 - Muito Baixo	05 – Médio	5
Ausência ou insuficiência de backups	02 - Baixo	10 - Muito Alto	20
Baixa adesão às ações de capacitação	05 - Médio	05 – Médio	25
Baixa adesão às práticas de BPM/EPM	01 - Muito Baixo	05 – Médio	5
Capacitações insuficientes	02 - Baixo	05 – Médio	10
Deficiência da Fiscalização Contratual	05 - Médio	05 – Médio	25
Deficiência na definição do escopo de projetos	05 - Médio	05 – Médio	25
Deficiência no Planejamento Anual de Contratações	05 - Médio	08 – Alto	40
Deficiências na definição de quantitativos de objeto contratuais	05 - Médio	05 – Médio	25
Deficiências na resposta institucional a achados de Auditoria	05 - Médio	08 – Alto	40
Deficiências no Planejamento das ações de capacitação	02 - Baixo	08 – Alto	16
Dependência de fornecedores	02 - Baixo	08 – Alto	16
Dependência de servidores	05 - Médio	08 – Alto	40
Desalinhamento entre estratégia e execução	05 - Médio	08 – Alto	40
Desalinhamento na priorização de processos de trabalho	02 - Baixo	08 – Alto	16
Desatualização de normativos internos	05 - Médio	08 – Alto	40
Excesso de cargos comissionados	05 - Médio	05 – Médio	25
Fraude em processos administrativos	02 - Baixo	08 – Alto	16



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Formação e Desenvolvimento dos Recursos Humanos

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Inconsistência nos indicadores de Processo de Trabalho	05 - Médio	05 – Médio	25
Mudanças de sistemas sem testes ou homologação	02 - Baixo	08 – Alto	16
Não aderência a metas socioambientais internas	05 - Médio	05 – Médio	25
Não atendimento às recomendações do CNJ	02 - Baixo	08 – Alto	16
Não conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI)	05 - Médio	08 – Alto	40
Não cumprimento das metas nacionais do Judiciário	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Sobrepço/superfaturamento	05 - Médio	08 – Alto	40
Suspensão de ações educacionais por falhas logísticas	01 - Muito Baixo	05 – Médio	5
Vazamento de informações estratégicas por canais informais	05 - Médio	08 – Alto	40

Total

782



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Prestar Serviços Sociais e de Saúde à Servidores e Magistrados

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Absenteísmo elevado	02 - Baixo	08 - Alto	16
Atraso na entrega de projetos e produtos estratégicos.	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência de indicadores estratégicos robustos	02 - Baixo	08 - Alto	16
Ausência ou deficiência da Gestão de Riscos	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência ou deficiência da uniformização e padronização de atos e documentos	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Ausência ou insuficiência de backups	02 - Baixo	10 - Muito Alto	20
Baixa adesão às ações de capacitação	05 - Médio	05 - Médio	25
Baixa adesão às práticas de BPM/EPM	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Baixa integração entre sistemas	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiência da Fiscalização Contratual	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiência dos laudos de saúde	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Deficiência na definição do escopo de projetos	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiência no Planejamento Anual de Contratações	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiências na definição de quantitativos de objeto contratuais	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiências na resposta institucional a achados de Auditoria	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiências no Planejamento das ações de capacitação	02 - Baixo	08 - Alto	16
Dependência de fornecedores	02 - Baixo	08 - Alto	16
Dependência de servidores	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento entre estratégia e execução	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento na priorização de processos de trabalho	02 - Baixo	08 - Alto	16
Desatualização de normativos internos	05 - Médio	08 - Alto	40



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Prestar Serviços Sociais e de Saúde à Servidores e Magistrados

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Desatualização ou deficiência do Controle Patrimonial	02 - Baixo	08 - Alto	16
Excesso de cargos comissionados	05 - Médio	05 - Médio	25
Falhas em processos licitatórios	05 - Médio	08 - Alto	40
Fraude em processos administrativos	02 - Baixo	08 - Alto	16
Incidentes de segurança da informação com comprometimento de dados pessoais	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Inconsistência nos indicadores de Processo de Trabalho	05 - Médio	05 - Médio	25
Mudanças de sistemas sem testes ou homologação	02 - Baixo	08 - Alto	16
Não aderência a metas socioambientais internas	05 - Médio	05 - Médio	25
Não aderência aos exames periódicos	05 - Médio	05 - Médio	25
Não atendimento às recomendações do CNJ	02 - Baixo	08 - Alto	16
Não conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI)	05 - Médio	08 - Alto	40
Não cumprimento das metas nacionais do Judiciário	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Sobreprego/superfaturamento	05 - Médio	08 - Alto	40

Total

904



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Gerir Ativos e Serviços

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Atraso na entrega de projetos e produtos estratégicos.	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência de indicadores estratégicos robustos	02 - Baixo	08 - Alto	16
Ausência de manutenção preventiva	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência ou deficiência da Gestão de Riscos	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência ou deficiência da uniformização e padronização de atos e documentos	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Ausência ou deficiência de protocolos de segurança institucional	01 - Muito Baixo	08 - Alto	8
Ausência ou insuficiência de backups	02 - Baixo	10 - Muito Alto	20
Baixa adesão às ações de capacitação	05 - Médio	05 - Médio	25
Baixa adesão às práticas de BPM/EPM	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Baixa integração entre sistemas	05 - Médio	05 - Médio	25
Capacitações insuficientes	02 - Baixo	05 - Médio	10
Deficiência da Fiscalização Contratual	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiência na definição do escopo de projetos	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiência no Planejamento Anual de Contratações	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiências na definição de quantitativos de objeto contratuais	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiências na resposta institucional a achados de Auditoria	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiências no Planejamento das ações de capacitação	02 - Baixo	08 - Alto	16
Dependência de fornecedores	02 - Baixo	08 - Alto	16
Dependência de servidores	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento entre estratégia e execução	05 - Médio	08 - Alto	40



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Gerir Ativos e Serviços

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Desalinhamento na priorização de processos de trabalho	02 - Baixo	08 - Alto	16
Desatualização de normativos internos	05 - Médio	08 - Alto	40
Desatualização ou deficiência do Controle Patrimonial	02 - Baixo	08 - Alto	16
Descumprimento de Acordos de Nível de Serviços	05 - Médio	05 - Médio	25
Excesso de cargos comissionados	05 - Médio	05 - Médio	25
Falhas em processos licitatórios	05 - Médio	08 - Alto	40
Fraude em processos administrativos	02 - Baixo	08 - Alto	16
Inconsistência nos indicadores de Processo de Trabalho	05 - Médio	05 - Médio	25
Insuficiência da Transparência	02 - Baixo	05 - Médio	10
Mudanças de sistemas sem testes ou homologação	02 - Baixo	08 - Alto	16
Não aderência a metas socioambientais internas	05 - Médio	05 - Médio	25
Não atendimento às recomendações do CNJ	02 - Baixo	08 - Alto	16
Não conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI)	05 - Médio	08 - Alto	40
Não conformidade de segurança contra incêndio e pânico	02 - Baixo	08 - Alto	16
Não cumprimento das metas nacionais do Judiciário	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Não observância de requisitos de acessibilidade	02 - Baixo	08 - Alto	16
Responsabilização por encargos trabalhistas (Terceirização)	02 - Baixo	08 - Alto	16
Riscos de favorecimento e conflitos de interesse	02 - Baixo	05 - Médio	10
Sobrepreço/superfaturamento	05 - Médio	08 - Alto	40
Vazamento de informações estratégicas por canais informais	05 - Médio	08 - Alto	40



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Gerir Ativos e Serviços

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Total			999



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Realizar e Gerir Licitações, Contratações e Convênios.

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Atraso em Obras e Serviços de Engenharia	05 - Médio	08 - Alto	40
Atraso na entrega de projetos e produtos estratégicos.	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência de indicadores estratégicos robustos	02 - Baixo	08 - Alto	16
Ausência ou deficiência da Gestão de Riscos	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência ou deficiência da uniformização e padronização de atos e documentos	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Ausência ou deficiência na Gestão de Convênios, Acordos de Cooperação Técnica e similares	02 - Baixo	05 - Médio	10
Ausência ou insuficiência de backups	02 - Baixo	10 - Muito Alto	20
Baixa adesão às práticas de BPM/EPM	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Baixa integração entre sistemas	05 - Médio	05 - Médio	25
Capacitações insuficientes	02 - Baixo	05 - Médio	10
Deficiência da Fiscalização Contratual	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiência na definição do escopo de projetos	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiência no Planejamento Anual de Contratações	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiências na definição de quantitativos de objeto contratuais	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiências na resposta institucional a achados de Auditoria	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiências no Planejamento das ações de capacitação	02 - Baixo	08 - Alto	16
Dependência de fornecedores	02 - Baixo	08 - Alto	16
Dependência de servidores	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento entre estratégia e execução	05 - Médio	08 - Alto	40



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Realizar e Gerir Licitações, Contratações e Convênios.

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Desalinhamento na priorização de processos de trabalho	02 - Baixo	08 - Alto	16
Desatualização de normativos internos	05 - Médio	08 - Alto	40
Descumprimento de Acordos de Nível de Serviços	05 - Médio	05 - Médio	25
Excesso de cargos comissionados	05 - Médio	05 - Médio	25
Falhas em processos licitatórios	05 - Médio	08 - Alto	40
Fraude em processos administrativos	02 - Baixo	08 - Alto	16
Incidentes de segurança da informação com comprometimento de dados pessoais	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Inconsistência nos indicadores de Processo de Trabalho	05 - Médio	05 - Médio	25
Insuficiência da Transparência	02 - Baixo	05 - Médio	10
Mudanças de sistemas sem testes ou homologação	02 - Baixo	08 - Alto	16
Não aderência a metas socioambientais internas	05 - Médio	05 - Médio	25
Não atendimento às recomendações do CNJ	02 - Baixo	08 - Alto	16
Não conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI)	05 - Médio	08 - Alto	40
Não cumprimento das metas nacionais do Judiciário	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Responsabilização por encargos trabalhistas (Terceirização)	02 - Baixo	08 - Alto	16
Riscos de favorecimento e conflitos de interesse	02 - Baixo	05 - Médio	10
Sobrepreço/superfaturamento	05 - Médio	08 - Alto	40
Vazamento de informações estratégicas por canais informais	05 - Médio	08 - Alto	40

Total

978



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Gestão Sustentável

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Atraso na entrega de projetos e produtos estratégicos.	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência de indicadores estratégicos robustos	02 - Baixo	08 - Alto	16
Ausência de manutenção preventiva	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência de monitoramento do Plano de Logística Sustentável	05 - Médio	05 - Médio	25
Ausência ou deficiência da Gestão de Riscos	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência ou deficiência da uniformização e padronização de atos e documentos	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Baixa adesão às ações de capacitação	05 - Médio	05 - Médio	25
Baixa adesão às práticas de BPM/EPM	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Capacitações insuficientes	02 - Baixo	05 - Médio	10
Deficiência na definição do escopo de projetos	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiência no Planejamento Anual de Contratações	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiências na resposta institucional a achados de Auditoria	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiências no Planejamento das ações de capacitação	02 - Baixo	08 - Alto	16
Dependência de fornecedores	02 - Baixo	08 - Alto	16
Dependência de servidores	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento entre estratégia e execução	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento na priorização de processos de trabalho	02 - Baixo	08 - Alto	16
Desatualização de normativos internos	05 - Médio	08 - Alto	40
Desatualização ou deficiência do Controle Patrimonial	02 - Baixo	08 - Alto	16
Falhas em processos licitatórios	05 - Médio	08 - Alto	40
Fraude em processos administrativos	02 - Baixo	08 - Alto	16



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Gestão Sustentável

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Incidentes de segurança da informação com comprometimento de dados pessoais	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Inconsistência dos Indicadores do Plano de Logística Sustentável	05 - Médio	05 - Médio	25
Inconsistência nos indicadores de Processo de Trabalho	05 - Médio	05 - Médio	25
Insuficiência da Transparência	02 - Baixo	05 - Médio	10
Mudanças de sistemas sem testes ou homologação	02 - Baixo	08 - Alto	16
Não aderência a metas socioambientais internas	05 - Médio	05 - Médio	25
Não atendimento às recomendações do CNJ	02 - Baixo	08 - Alto	16
Não conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI)	05 - Médio	08 - Alto	40
Não cumprimento das metas nacionais do Judiciário	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Sobreprego/superfaturamento	05 - Médio	08 - Alto	40

Total 848



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Gestão Contábil, Orçamentária e Financeira

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Atraso na entrega de projetos e produtos estratégicos.	05 – Médio	08 - Alto	40
Ausência de indicadores estratégicos robustos	02 – Baixo	08 - Alto	16
Ausência de recursos para pagamentos	02 – Baixo	08 - Alto	16
Ausência ou deficiência da Gestão de Riscos	05 – Médio	08 - Alto	40
Ausência ou deficiência da uniformização e padronização de atos e documentos	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Ausência ou insuficiência de backups	02 – Baixo	10 - Muito Alto	20
Baixa adesão às práticas de BPM/EPM	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Baixa integração entre sistemas	05 – Médio	05 - Médio	25
Capacitações insuficientes	02 – Baixo	05 - Médio	10
Deficiência na definição do escopo de projetos	05 – Médio	05 - Médio	25
Deficiência na Gestão de Fundos Especiais	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Deficiência nas conciliações contábeis	02 – Baixo	08 - Alto	16
Deficiências na resposta institucional a achados de Auditoria	05 – Médio	08 - Alto	40
Deficiências no Planejamento das ações de capacitação	02 – Baixo	08 - Alto	16
Dependência de servidores	05 – Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento entre estratégia e execução	05 – Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento na priorização de processos de trabalho	02 – Baixo	08 - Alto	16
Desatualização de normativos internos	05 – Médio	08 - Alto	40
Desatualização ou deficiência do Controle Patrimonial	02 – Baixo	08 - Alto	16



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Gestão Contábil, Orçamentária e Financeira

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Equívoco no lançamento de custas judiciais	02 – Baixo	05 - Médio	10
Equívoco no lançamento de Taxas e Emolumentos	02 – Baixo	05 - Médio	10
Excesso de cargos comissionados	05 – Médio	05 - Médio	25
Falta de recursos identificados para demandas prioritárias	05 – Médio	08 - Alto	40
Fraude em processos administrativos	02 – Baixo	08 - Alto	16
Inadequação do Planejamento Orçamentário	05 – Médio	08 - Alto	40
Incidentes de segurança da informação com comprometimento de dados pessoais	05 – Médio	10 - Muito Alto	50
Inconsistência nos indicadores de Processo de Trabalho	05 – Médio	05 - Médio	25
Inconsistências ou não cumprimento de obrigações acessórias tributárias	05 – Médio	08 - Alto	40
Insuficiência da Transparência	02 – Baixo	05 - Médio	10
Insuficiência de Dotação Orçamentária	02 – Baixo	08 - Alto	16
Mudanças de sistemas sem testes ou homologação	02 – Baixo	08 - Alto	16
Não atendimento às recomendações do CNJ	02 – Baixo	08 - Alto	16
Não conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI)	05 – Médio	08 - Alto	40
Não conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)	02 – Baixo	10 - Muito Alto	20
Não cumprimento das metas nacionais do Judiciário	05 – Médio	10 - Muito Alto	50
Não cumprimento dos prazos de pagamento	02 – Baixo	05 - Médio	10
Riscos de favorecimento e conflitos de interesse	02 – Baixo	05 - Médio	10
Sobrepreço/superfaturamento	05 – Médio	08 - Alto	40
Vazamento de informações estratégicas por canais informais	05 – Médio	08 - Alto	40



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Gestão Contábil, Orçamentária e Financeira

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
		Total	955



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Gestão de Sistemas Informatizados e de TIC

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Absenteísmo elevado	02 - Baixo	08 - Alto	16
Atraso na entrega de projetos e produtos estratégicos.	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência de indicadores estratégicos robustos	02 - Baixo	08 - Alto	16
Ausência de manutenção preventiva	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência ou deficiência da Gestão de Riscos	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência ou deficiência da uniformização e padronização de atos e documentos	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Ausência ou deficiência de protocolos de segurança institucional	01 - Muito Baixo	08 - Alto	8
Ausência ou insuficiência de backups	02 - Baixo	10 - Muito Alto	20
Baixa aderência às decisões de governança de TIC	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Baixa adesão às ações de capacitação	05 - Médio	05 - Médio	25
Baixa adesão às práticas de BPM/EPM	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Baixa integração entre sistemas	05 - Médio	05 - Médio	25
Capacitações insuficientes	02 - Baixo	05 - Médio	10
Deficiência da Fiscalização Contratual	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiência da Governança de Dados	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiência na definição do escopo de projetos	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiência na gestão de Acesso Privilegiado a Sistemas	01 - Muito Baixo	08 - Alto	8
Deficiência no Planejamento Anual de Contratações	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiências na definição de quantitativos de objeto contratuais	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiências na resposta institucional a achados de Auditoria	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiências no Planejamento das ações de capacitação	02 - Baixo	08 - Alto	16



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Gestão de Sistemas Informatizados e de TIC

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Dependência de fornecedores	02 - Baixo	08 - Alto	16
Dependência de servidores	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento entre estratégia e execução	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento na priorização de processos de trabalho	02 - Baixo	08 - Alto	16
Desatualização de normativos internos	05 - Médio	08 - Alto	40
Desatualização ou deficiência do Controle Patrimonial	02 - Baixo	08 - Alto	16
Descumprimento de Acordos de Nível de Serviços	05 - Médio	05 - Médio	25
Excesso de cargos comissionados	05 - Médio	05 - Médio	25
Falhas na cadeia de custódia de provas digitais e eletrônicas	02 - Baixo	08 - Alto	16
Fraude em processos administrativos	02 - Baixo	08 - Alto	16
Incidentes de segurança da informação com comprometimento de dados pessoais	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Inconsistência nos indicadores de Processo de Trabalho	05 - Médio	05 - Médio	25
Indisponibilidade dos sistemas Judiciais	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Insuficiência da infraestrutura de rede e servidores	05 - Médio	08 - Alto	40
Insuficiência da Transparência	02 - Baixo	05 - Médio	10
Mudanças de sistemas sem testes ou homologação	02 - Baixo	08 - Alto	16
Não acionamento tempestivo do comitê de crise cibernética	01 - Muito Baixo	10 - Muito Alto	10
Não aderência a metas socioambientais internas	05 - Médio	05 - Médio	25
Não atendimento às recomendações do CNJ	02 - Baixo	08 - Alto	16
Não conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI)	05 - Médio	08 - Alto	40
Não cumprimento das metas nacionais do Judiciário	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Não observância de requisitos de acessibilidade	02 - Baixo	08 - Alto	16



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Gestão de Sistemas Informatizados e de TIC

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Responsabilização por encargos trabalhistas (Terceirização)	02 - Baixo	08 - Alto	16
Riscos de favorecimento e conflitos de interesse	02 - Baixo	05 - Médio	10
Sobreprego/superfaturamento	05 - Médio	08 - Alto	40
Vazamento de informações estratégicas por canais informais	05 - Médio	08 - Alto	40

Total 1.178



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Gestão e Fortalecimento da Prestação Jurisdicional

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Absenteísmo elevado	02 - Baixo	08 - Alto	16
Acúmulo de processos (backlog)	08 - Alto	08 - Alto	64
Alto índice de reforma de decisões	02 - Baixo	05 - Médio	10
Atraso na entrega de projetos e produtos estratégicos.	05 - Médio	08 - Alto	40
Atraso no pagamento de Precatórios	08 - Alto	08 - Alto	64
Ausência de indicadores estratégicos robustos	02 - Baixo	08 - Alto	16
Ausência ou deficiência da Gestão de Riscos	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência ou deficiência da uniformização e padronização de atos e documentos	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Ausência ou deficiência de práticas de Justiça Restaurativa	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Ausência ou insuficiência de backups	02 - Baixo	10 - Muito Alto	20
Baixa adesão às ações de capacitação	05 - Médio	05 - Médio	25
Baixa adesão às práticas de BPM/EPM	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Baixa efetividade das ações de prevenção de litígios	05 - Médio	08 - Alto	40
Baixa integração entre sistemas	05 - Médio	05 - Médio	25
Baixa previsibilidade dos tempos processuais	05 - Médio	05 - Médio	25
Baixa qualidade do atendimento	02 - Baixo	05 - Médio	10
Capacitações insuficientes	02 - Baixo	05 - Médio	10
Deficiência de laudos periciais	02 - Baixo	08 - Alto	16
Deficiência na definição do escopo de projetos	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiência na fiscalização dos serviços cartorários judiciais	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiência na gestão documental processual	05 - Médio	08 - Alto	40



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Gestão e Fortalecimento da Prestação Jurisdicional

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Deficiência na uniformização dos serviços cartorários judiciais	02 - Baixo	08 - Alto	16
Deficiências na resposta institucional a achados de Auditoria	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiências no Planejamento das ações de capacitação	02 - Baixo	08 - Alto	16
Dependência de servidores	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento entre estratégia e execução	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento na priorização de processos de trabalho	02 - Baixo	08 - Alto	16
Desatualização da Tabela Processual Unificada	05 - Médio	05 - Médio	25
Desatualização de normativos internos	05 - Médio	08 - Alto	40
Desatualização ou deficiência do Controle Patrimonial	02 - Baixo	08 - Alto	16
Descumprimento de prazos legais de publicação e intimação (DJE)	05 - Médio	05 - Médio	25
Distribuição desigual de processos	05 - Médio	05 - Médio	25
Equívoco na expedição de mandados e alvarás	02 - Baixo	05 - Médio	10
Equívoco no lançamento de custas judiciais	02 - Baixo	05 - Médio	10
Equívocos nos cálculos de atualização de Precatórios	02 - Baixo	10 - Muito Alto	20
Excesso de cargos comissionados	05 - Médio	05 - Médio	25
Falhas do Plantão Judiciário	05 - Médio	08 - Alto	40
Falhas na cadeia de custódia de provas digitais e eletrônicas	02 - Baixo	08 - Alto	16
Incidentes de segurança da informação com comprometimento de dados pessoais	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Inconsistência nos indicadores de Processo de Trabalho	05 - Médio	05 - Médio	25
Indisponibilidade dos sistemas Judiciais	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Insuficiência da infraestrutura de rede e servidores	05 - Médio	08 - Alto	40
Mudanças de sistemas sem testes ou homologação	02 - Baixo	08 - Alto	16



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Gestão e Fortalecimento da Prestação Jurisdicional

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Não aderência a metas socioambientais internas	05 - Médio	05 - Médio	25
Não atendimento às recomendações do CNJ	02 - Baixo	08 - Alto	16
Não conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI)	05 - Médio	08 - Alto	40
Não cumprimento das metas nacionais do Judiciário	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Não observância de requisitos de acessibilidade	02 - Baixo	08 - Alto	16
Nulidade ou fracasso de leilões e partilhas por vício formal	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Perda de prazos em saneamento/colheita de provas	05 - Médio	05 - Médio	25
Perda/contaminação de objeto de crime	01 - Muito Baixo	08 - Alto	8
Riscos de favorecimento e conflitos de interesse	02 - Baixo	05 - Médio	10
Tratamento inadequado ou tardio das reclamações	02 - Baixo	05 - Médio	10
Vazamento de informações estratégicas por canais informais	05 - Médio	08 - Alto	40

Total

1.387



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Gestão e Fortalecimento dos Serviços Extrajudiciais

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Atraso na entrega de projetos e produtos estratégicos.	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência de indicadores estratégicos robustos	02 - Baixo	08 - Alto	16
Ausência ou deficiência da Gestão de Riscos	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência ou deficiência da uniformização e padronização de atos e documentos	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Ausência ou insuficiência de backups	02 - Baixo	10 - Muito Alto	20
Baixa adesão às ações de capacitação	05 - Médio	05 - Médio	25
Baixa adesão às práticas de BPM/EPM	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Baixa integração entre sistemas	05 - Médio	05 - Médio	25
Capacitações insuficientes	02 - Baixo	05 - Médio	10
Deficiência na definição do escopo de projetos	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiência na fiscalização dos serviços cartorários extrajudiciais	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiência na uniformização dos serviços cartorários extrajudiciais	02 - Baixo	05 - Médio	10
Deficiências na resposta institucional a achados de Auditoria	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiências no Planejamento das ações de capacitação	02 - Baixo	08 - Alto	16
Dependência de fornecedores	02 - Baixo	08 - Alto	16
Dependência de servidores	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento entre estratégia e execução	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento na priorização de processos de trabalho	02 - Baixo	08 - Alto	16
Desatualização de normativos internos	05 - Médio	08 - Alto	40
Desatualização ou deficiência do Controle Patrimonial	02 - Baixo	08 - Alto	16
Equívoco no lançamento de Taxas e Emolumentos	02 - Baixo	05 - Médio	10



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Gestão e Fortalecimento dos Serviços Extrajudiciais

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Excesso de cargos comissionados	05 - Médio	05 - Médio	25
Incidentes de segurança da informação com comprometimento de dados pessoais	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Inconsistência nos indicadores de Processo de Trabalho	05 - Médio	05 - Médio	25
Insuficiência da infraestrutura de rede e servidores	05 - Médio	08 - Alto	40
Não aderência a metas socioambientais internas	05 - Médio	05 - Médio	25
Não atendimento às recomendações do CNJ	02 - Baixo	08 - Alto	16
Não conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI)	05 - Médio	08 - Alto	40
Não cumprimento das metas nacionais do Judiciário	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Não observância de requisitos de acessibilidade	02 - Baixo	08 - Alto	16
Riscos de favorecimento e conflitos de interesse	02 - Baixo	05 - Médio	10
Tratamento inadequado ou tardio das reclamações	02 - Baixo	05 - Médio	10
Vazamento de informações estratégicas por canais informais	05 - Médio	08 - Alto	40

Total 842



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Gerir Comunicação e Relação Institucional

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Atraso na entrega de projetos e produtos estratégicos.	05 - Médio	08 - Alto	40
Atraso no pagamento de Precatórios	08 - Alto	08 - Alto	64
Ausência de indicadores estratégicos robustos	02 - Baixo	08 - Alto	16
Ausência ou deficiência da Gestão de Riscos	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência ou deficiência da uniformização e padronização de atos e documentos	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Ausência ou deficiência na Gestão de Convênios, Acordos de Cooperação Técnica e similares	02 - Baixo	05 - Médio	10
Ausência ou insuficiência de backups	02 - Baixo	10 - Muito Alto	20
Baixa adesão às ações de capacitação	05 - Médio	05 - Médio	25
Baixa adesão às práticas de BPM/EPM	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Capacitações insuficientes	02 - Baixo	05 - Médio	10
Deficiência da Fiscalização Contratual	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiência na definição do escopo de projetos	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiência no Planejamento Anual de Contratações	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiência no planejamento de eventos institucionais	01 - Muito Baixo	08 - Alto	8
Deficiências na resposta institucional a achados de Auditoria	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiências no Planejamento das ações de capacitação	02 - Baixo	08 - Alto	16
Dependência de fornecedores	02 - Baixo	08 - Alto	16
Dependência de servidores	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento entre estratégia e execução	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento na priorização de processos de trabalho	02 - Baixo	08 - Alto	16
Desatualização de normativos internos	05 - Médio	08 - Alto	40



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Gerir Comunicação e Relação Institucional

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Desatualização ou deficiência do Controle Patrimonial	02 - Baixo	08 - Alto	16
Descumprimento de Acordos de Nível de Serviços	05 - Médio	05 - Médio	25
Excesso de cargos comissionados	05 - Médio	05 - Médio	25
Fraude em processos administrativos	02 - Baixo	08 - Alto	16
Inadequação da triagem e classificação das reclamações	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Incidentes de segurança da informação com comprometimento de dados pessoais	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Inconsistência nos indicadores de Processo de Trabalho	05 - Médio	05 - Médio	25
Insuficiência da Transparência	02 - Baixo	05 - Médio	10
Litígios por heteroidentificação em concursos	01 - Muito Baixo	08 - Alto	8
Mudanças de sistemas sem testes ou homologação	02 - Baixo	08 - Alto	16
Não aderência a metas socioambientais internas	05 - Médio	05 - Médio	25
Não atendimento às recomendações do CNJ	02 - Baixo	08 - Alto	16
Não conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI)	05 - Médio	08 - Alto	40
Não conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)	02 - Baixo	10 - Muito Alto	20
Não cumprimento das metas nacionais do Judiciário	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Não observância de requisitos de acessibilidade	02 - Baixo	08 - Alto	16
Perda/indisponibilidade de acervo documental e memória	02 - Baixo	08 - Alto	16
Responsabilização por encargos trabalhistas (Terceirização)	02 - Baixo	08 - Alto	16
Riscos de favorecimento e conflitos de interesse	02 - Baixo	05 - Médio	10
Sobrepreço/superfaturamento	05 - Médio	08 - Alto	40
Tratamento inadequado ou tardio das reclamações	02 - Baixo	05 - Médio	10
Vazamento de informações estratégicas por canais informais	05 - Médio	08 - Alto	40



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Gerir Comunicação e Relação Institucional

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
		Total	1.036



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Gestão de Políticas Judiciárias

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Absenteísmo elevado	02 - Baixo	08 - Alto	16
Atraso na entrega de projetos e produtos estratégicos.	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência de indicadores estratégicos robustos	02 - Baixo	08 - Alto	16
Ausência de monitoramento do Plano de Logística Sustentável	05 - Médio	05 - Médio	25
Ausência ou deficiência da Gestão de Riscos	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência ou deficiência da uniformização e padronização de atos e documentos	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Ausência ou deficiência de práticas de Justiça Restaurativa	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Baixa aderência às decisões de governança de TIC	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Baixa adesão às ações de capacitação	05 - Médio	05 - Médio	25
Baixa adesão às práticas de BPM/EPM	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Baixa efetividade das ações de prevenção de litígios	05 - Médio	08 - Alto	40
Capacitações insuficientes	02 - Baixo	05 - Médio	10
Deficiência da Governança de Dados	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiência na definição do escopo de projetos	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiências na resposta institucional a achados de Auditoria	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiências no Planejamento das ações de capacitação	02 - Baixo	08 - Alto	16
Dependência de servidores	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento entre estratégia e execução	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento na priorização de processos de trabalho	02 - Baixo	08 - Alto	16
Desatualização de normativos internos	05 - Médio	08 - Alto	40
Desatualização ou deficiência do Controle Patrimonial	02 - Baixo	08 - Alto	16



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Gestão de Políticas Judiciárias

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Incidentes de segurança da informação com comprometimento de dados pessoais	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Inconsistência dos Indicadores do Plano de Logística Sustentável	05 - Médio	05 - Médio	25
Inconsistência nos indicadores de Processo de Trabalho	05 - Médio	05 - Médio	25
Insuficiência da Transparência	02 - Baixo	05 - Médio	10
Mudanças de sistemas sem testes ou homologação	02 - Baixo	08 - Alto	16
Não acionamento tempestivo do comitê de crise cibernética	01 - Muito Baixo	10 - Muito Alto	10
Não aderência a metas socioambientais internas	05 - Médio	05 - Médio	25
Não atendimento às recomendações do CNJ	02 - Baixo	08 - Alto	16
Não conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI)	05 - Médio	08 - Alto	40
Não cumprimento das metas nacionais do Judiciário	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Não observância de requisitos de acessibilidade	02 - Baixo	08 - Alto	16
Vazamento de informações estratégicas por canais informais	05 - Médio	08 - Alto	40

Total

828



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Gestão Estratégica

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Absenteísmo elevado	02 - Baixo	08 - Alto	16
Acúmulo de processos (backlog)	08 - Alto	08 – Alto	64
Atraso na entrega de projetos e produtos estratégicos.	05 - Médio	08 – Alto	40
Ausência de indicadores estratégicos robustos	02 - Baixo	08 – Alto	16
Ausência ou deficiência da Gestão de Riscos	05 - Médio	08 – Alto	40
Ausência ou deficiência da uniformização e padronização de atos e documentos	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Baixa adesão às ações de capacitação	05 - Médio	05 - Médio	25
Baixa adesão às práticas de BPM/EPM	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Capacitações insuficientes	02 - Baixo	05 - Médio	10
Deficiência na definição do escopo de projetos	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiências na resposta institucional a achados de Auditoria	05 - Médio	08 – Alto	40
Deficiências no Planejamento das ações de capacitação	02 - Baixo	08 – Alto	16
Dependência de servidores	05 - Médio	08 – Alto	40
Desalinhamento entre estratégia e execução	05 - Médio	08 – Alto	40
Desalinhamento na priorização de processos de trabalho	02 - Baixo	08 – Alto	16
Desatualização de normativos internos	05 - Médio	08 – Alto	40
Incidentes de segurança da informação com comprometimento de dados pessoais	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Inconsistência nos indicadores de Processo de Trabalho	05 - Médio	05 - Médio	25
Insuficiência da Transparência	02 - Baixo	05 - Médio	10
Mudanças de sistemas sem testes ou homologação	02 - Baixo	08 – Alto	16
Não aderência a metas socioambientais internas	05 - Médio	05 - Médio	25



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Macroprocesso: Gestão Estratégica

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Não atendimento às recomendações do CNJ	02 - Baixo	08 – Alto	16
Não conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI)	05 - Médio	08 – Alto	40
Não cumprimento das metas nacionais do Judiciário	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Vazamento de informações estratégicas por canais informais	05 - Médio	08 – Alto	40
Total			710



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Anexo III – Objetos de Auditoria e Riscos-Chaves

Objeto da Auditoria: Gestão da Transparência

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Atraso na entrega de projetos e produtos estratégicos.	05 - Médio	08 – Alto	40
Atraso no pagamento de Precatórios	08 - Alto	08 – Alto	64
Ausência de indicadores estratégicos robustos	02 - Baixo	08 – Alto	16
Ausência ou deficiência da Gestão de Riscos	05 - Médio	08 – Alto	40
Ausência ou deficiência da uniformização e padronização de atos e documentos	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Ausência ou deficiência na Gestão de Convênios, Acordos de Cooperação Técnica e similares	02 - Baixo	05 - Médio	10
Ausência ou insuficiência de backups	02 - Baixo	10 - Muito Alto	20
Baixa adesão às ações de capacitação	05 - Médio	05 - Médio	25
Baixa adesão às práticas de BPM/EPM	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Capacitações Insuficientes	02 - Baixo	05 - Médio	10
Deficiência da Fiscalização Contratual	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiência na definição do escopo de projetos	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiência no Planejamento Anual de Contratações	05 - Médio	08 – Alto	40
Deficiências na resposta institucional a achados de Auditoria	05 - Médio	08 – Alto	40
Deficiências no Planejamento das ações de capacitação	02 - Baixo	08 – Alto	16
Dependência de fornecedores	02 - Baixo	08 – Alto	16
Dependência de servidores	05 - Médio	08 – Alto	40
Desalinhamento entre estratégia e execução	05 - Médio	08 – Alto	40
Desalinhamento na priorização de processos de trabalho	02 - Baixo	08 – Alto	16
Desatualização de normativos internos	05 - Médio	08 – Alto	40



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Objeto da Auditoria: Gestão da Transparência

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Desatualização ou deficiência do Controle Patrimonial	02 - Baixo	08 – Alto	16
Descumprimento de Acordos de Nível de Serviços	05 - Médio	05 - Médio	25
Excesso de cargos comissionados	05 - Médio	05 - Médio	25
Incidentes de segurança da informação com comprometimento de dados pessoais	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Insuficiência da Transparência	02 - Baixo	05 - Médio	10
Mudanças de sistemas sem testes ou homologação	02 - Baixo	08 – Alto	16
Não aderência a metas socioambientais internas	05 - Médio	05 - Médio	25
Não atendimento às recomendações do CNJ	02 - Baixo	08 – Alto	16
Não conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI)	05 - Médio	08 – Alto	40
Não cumprimento das metas nacionais do Judiciário	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Não observância de requisitos de acessibilidade	02 - Baixo	08 – Alto	16
Sobrepreço/superfaturamento	05 - Médio	08 – Alto	40
Vazamento de informações estratégicas por canais informais	05 - Médio	08 – Alto	40

Total

902



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Objeto da Auditoria: Gestão de Campanhas de Comunicação

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Atraso na entrega de projetos e produtos estratégicos.	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência de indicadores estratégicos robustos	02 - Baixo	08 - Alto	16
Ausência ou deficiência da Gestão de Riscos	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência ou deficiência da uniformização e padronização de atos e documentos	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Ausência ou deficiência na Gestão de Convênios, Acordos de Cooperação Técnica e similares	02 - Baixo	05 - Médio	10
Baixa adesão às ações de capacitação	05 - Médio	05 - Médio	25
Baixa adesão às práticas de BPM/EPM	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Deficiência na definição do escopo de projetos	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiência no Planejamento Anual de Contratações	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiências na resposta institucional a achados de Auditoria	05 - Médio	08 - Alto	40
Dependência de fornecedores	02 - Baixo	08 - Alto	16
Dependência de servidores	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento entre estratégia e execução	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento na priorização de processos de trabalho	02 - Baixo	08 - Alto	16
Desatualização de normativos internos	05 - Médio	08 - Alto	40
Descumprimento de Acordos de Nível de Serviços	05 - Médio	05 - Médio	25
Excesso de cargos comissionados	05 - Médio	05 - Médio	25
Inconsistência nos indicadores de Processo de Trabalho	05 - Médio	05 - Médio	25
Não observância de requisitos de acessibilidade	02 - Baixo	08 - Alto	16

Total

489



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Objeto da Auditoria: Gestão de Comunicação Externa

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Atraso na entrega de projetos e produtos estratégicos.	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência de indicadores estratégicos robustos	02 - Baixo	08 - Alto	16
Ausência ou deficiência da Gestão de Riscos	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência ou deficiência da uniformização e padronização de atos e documentos	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Ausência ou deficiência na Gestão de Convênios, Acordos de Cooperação Técnica e similares	02 - Baixo	05 - Médio	10
Ausência ou insuficiência de backups	02 - Baixo	10 - Muito Alto	20
Baixa adesão às ações de capacitação	05 - Médio	05 - Médio	25
Baixa adesão às práticas de BPM/EPM	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Deficiência na definição do escopo de projetos	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiência no Planejamento Anual de Contratações	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiências na resposta institucional a achados de Auditoria	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiências no Planejamento das ações de capacitação	02 - Baixo	08 - Alto	16
Dependência de fornecedores	02 - Baixo	08 - Alto	16
Dependência de servidores	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento entre estratégia e execução	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento na priorização de processos de trabalho	02 - Baixo	08 - Alto	16
Desatualização de normativos internos	05 - Médio	08 - Alto	40
Descumprimento de Acordos de Nível de Serviços	05 - Médio	05 - Médio	25
Excesso de cargos comissionados	05 - Médio	05 - Médio	25
Inconsistência nos indicadores de Processo de Trabalho	05 - Médio	05 - Médio	25
Insuficiência da Transparência	02 - Baixo	05 - Médio	10



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Objeto da Auditoria: Gestão de Comunicação Externa

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Mudanças de sistemas sem testes ou homologação	02 - Baixo	08 - Alto	16
Não conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI)	05 - Médio	08 - Alto	40
Não observância de requisitos de acessibilidade	02 - Baixo	08 - Alto	16
Vazamento de informações estratégicas por canais informais	05 - Médio	08 - Alto	40
Total			631



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Objeto da Auditoria: Gestão de Comunicação Interna

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Ausência ou deficiência da Gestão de Riscos	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência ou deficiência da uniformização e padronização de atos e documentos	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Ausência ou insuficiência de backups	02 - Baixo	10 - Muito Alto	20
Baixa adesão às práticas de BPM/EPM	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Deficiência na definição do escopo de projetos	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiências na resposta institucional a achados de Auditoria	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiências no Planejamento das ações de capacitação	02 - Baixo	08 - Alto	16
Desalinhamento entre estratégia e execução	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento na priorização de processos de trabalho	02 - Baixo	08 - Alto	16
Desatualização de normativos internos	05 - Médio	08 - Alto	40
Excesso de cargos comissionados	05 - Médio	05 - Médio	25
Incidentes de segurança da informação com comprometimento de dados pessoais	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Inconsistência nos indicadores de Processo de Trabalho	05 - Médio	05 - Médio	25
Não observância de requisitos de acessibilidade	02 - Baixo	08 - Alto	16
Vazamento de informações estratégicas por canais informais	05 - Médio	08 - Alto	40
Total			403



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Objeto da Auditoria: Gestão de Ouvidoria

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Atraso na entrega de projetos e produtos estratégicos.	05 - Médio	08 - Alto	40
Atraso no pagamento de Precatórios	08 - Alto	08 - Alto	64
Ausência de indicadores estratégicos robustos	02 - Baixo	08 - Alto	16
Ausência ou deficiência da Gestão de Riscos	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência ou deficiência da uniformização e padronização de atos e documentos	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Ausência ou deficiência na Gestão de Convênios, Acordos de Cooperação Técnica e similares	02 - Baixo	05 - Médio	10
Ausência ou insuficiência de backups	02 - Baixo	10 - Muito Alto	20
Baixa adesão às ações de capacitação	05 - Médio	05 - Médio	25
Baixa adesão às práticas de BPM/EPM	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Deficiência da Fiscalização Contratual	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiência na definição do escopo de projetos	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiência no Planejamento Anual de Contratações	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiência no planejamento de eventos institucionais	01 - Muito Baixo	08 - Alto	8
Deficiências na resposta institucional a achados de Auditoria	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiências no Planejamento das ações de capacitação	02 - Baixo	08 - Alto	16
Dependência de fornecedores	02 - Baixo	08 - Alto	16
Dependência de servidores	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento na priorização de processos de trabalho	02 - Baixo	08 - Alto	16
Desatualização de normativos internos	05 - Médio	08 - Alto	40
Descumprimento de Acordos de Nível de Serviços	05 - Médio	05 - Médio	25
Excesso de cargos comissionados	05 - Médio	05 - Médio	25



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Objeto da Auditoria: Gestão de Ouvidoria

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Inadequação da triagem e classificação das reclamações	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Incidentes de segurança da informação com comprometimento de dados pessoais	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Inconsistência nos indicadores de Processo de Trabalho	05 - Médio	05 - Médio	25
Insuficiência da Transparência	02 - Baixo	05 - Médio	10
Mudanças de sistemas sem testes ou homologação	02 - Baixo	08 - Alto	16
Não conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI)	05 - Médio	08 - Alto	40
Não observância de requisitos de acessibilidade	02 - Baixo	08 - Alto	16
Tratamento inadequado ou tardio das reclamações	02 - Baixo	05 - Médio	10
Total			713



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Objeto da Auditoria: Gestão de Redes Sociais

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Atraso na entrega de projetos e produtos estratégicos.	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência de indicadores estratégicos robustos	02 - Baixo	08 - Alto	16
Ausência ou deficiência da Gestão de Riscos	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência ou deficiência da uniformização e padronização de atos e documentos	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Ausência ou insuficiência de backups	02 - Baixo	10 - Muito Alto	20
Baixa adesão às ações de capacitação	05 - Médio	05 - Médio	25
Baixa adesão às práticas de BPM/EPM	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Deficiência na definição do escopo de projetos	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiência no Planejamento Anual de Contratações	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiências na resposta institucional a achados de Auditoria	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiências no Planejamento das ações de capacitação	02 - Baixo	08 - Alto	16
Dependência de fornecedores	02 - Baixo	08 - Alto	16
Dependência de servidores	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento entre estratégia e execução	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento na priorização de processos de trabalho	02 - Baixo	08 - Alto	16
Desatualização de normativos internos	05 - Médio	08 - Alto	40
Descumprimento de Acordos de Nível de Serviços	05 - Médio	05 - Médio	25
Excesso de cargos comissionados	05 - Médio	05 - Médio	25
Inconsistência nos indicadores de Processo de Trabalho	05 - Médio	05 - Médio	25
Mudanças de sistemas sem testes ou homologação	02 - Baixo	08 - Alto	16
Não observância de requisitos de acessibilidade	02 - Baixo	08 - Alto	16



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Objeto da Auditoria: Gestão de Redes Sociais

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Vazamento de informações estratégicas por canais informais	05 - Médio	08 - Alto	40
Total			571



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Objeto da Auditoria: Gestão de Relacionamento Interinstitucional

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Atraso na entrega de projetos e produtos estratégicos.	05 - Médio	08 - Alto	40
Atraso no pagamento de Precatórios	08 - Alto	08 - Alto	64
Ausência de indicadores estratégicos robustos	02 - Baixo	08 - Alto	16
Ausência ou deficiência da Gestão de Riscos	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência ou deficiência da uniformização e padronização de atos e documentos	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Ausência ou deficiência na Gestão de Convênios, Acordos de Cooperação Técnica e similares	02 - Baixo	05 - Médio	10
Ausência ou insuficiência de backups	02 - Baixo	10 - Muito Alto	20
Baixa adesão às ações de capacitação	05 - Médio	05 - Médio	25
Baixa adesão às práticas de BPM/EPM	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Deficiência na definição do escopo de projetos	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiência no planejamento de eventos institucionais	01 - Muito Baixo	08 - Alto	8
Deficiências na resposta institucional a achados de Auditoria	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiências no Planejamento das ações de capacitação	02 - Baixo	08 - Alto	16
Dependência de servidores	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento entre estratégia e execução	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento na priorização de processos de trabalho	02 - Baixo	08 - Alto	16
Desatualização de normativos internos	05 - Médio	08 - Alto	40
Excesso de cargos comissionados	05 - Médio	05 - Médio	25
Incidentes de segurança da informação com comprometimento de dados pessoais	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Inconsistência nos indicadores de Processo de Trabalho	05 - Médio	05 - Médio	25
Não conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI)	05 - Médio	08 - Alto	40



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Objeto da Auditoria: Gestão de Relacionamento Interinstitucional

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Riscos de favorecimento e conflitos de interesse	02 - Baixo	05 - Médio	10
Vazamento de informações estratégicas por canais informais	05 - Médio	08 - Alto	40
Total			640



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Objeto da Auditoria: Gestão do Site Institucional

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Atraso na entrega de projetos e produtos estratégicos.	05 - Médio	08 - Alto	40
Atraso no pagamento de Precatórios	08 – Alto	08 - Alto	64
Ausência de indicadores estratégicos robustos	02 – Baixo	08 - Alto	16
Ausência ou deficiência da Gestão de Riscos	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência ou deficiência da uniformização e padronização de atos e documentos	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Ausência ou deficiência na Gestão de Convênios, Acordos de Cooperação Técnica e similares	02 – Baixo	05 - Médio	10
Ausência ou insuficiência de backups	02 – Baixo	10 - Muito Alto	20
Baixa adesão às ações de capacitação	05 - Médio	05 - Médio	25
Baixa adesão às práticas de BPM/EPM	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Capacitações Insuficientes	02 – Baixo	05 - Médio	10
Deficiência na definição do escopo de projetos	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiência no Planejamento Anual de Contratações	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiências na resposta institucional a achados de Auditoria	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiências no Planejamento das ações de capacitação	02 – Baixo	08 - Alto	16
Dependência de fornecedores	02 – Baixo	08 - Alto	16
Dependência de servidores	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento entre estratégia e execução	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento na priorização de processos de trabalho	02 – Baixo	08 - Alto	16
Desatualização de normativos internos	05 - Médio	08 - Alto	40



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Objeto da Auditoria: Gestão do Site Institucional

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Desatualização ou deficiência do Controle Patrimonial	02 – Baixo	08 - Alto	16
Excesso de cargos comissionados	05 - Médio	05 - Médio	25
Inadequação da triagem e classificação das reclamações	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Incidentes de segurança da informação com comprometimento de dados pessoais	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Inconsistência nos indicadores de Processo de Trabalho	05 - Médio	05 - Médio	25
Insuficiência da Transparência	02 – Baixo	05 - Médio	10
Mudanças de sistemas sem testes ou homologação	02 – Baixo	08 - Alto	16
Não atendimento às recomendações do CNJ	02 – Baixo	08 - Alto	16
Não conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI)	05 - Médio	08 - Alto	40
Não cumprimento das metas nacionais do Judiciário	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Não observância de requisitos de acessibilidade	02 – Baixo	08 - Alto	16
Vazamento de informações estratégicas por canais informais	05 - Médio	08 - Alto	40

Total

817



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Objeto da Auditoria: Comunicação Institucional

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Atraso na entrega de projetos e produtos estratégicos.	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência de indicadores estratégicos robustos	02 – Baixo	08 - Alto	16
Ausência ou deficiência da Gestão de Riscos	05 - Médio	08 - Alto	40
Ausência ou deficiência da uniformização e padronização de atos e documentos	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Baixa adesão às práticas de BPM/EPM	01 - Muito Baixo	05 - Médio	5
Deficiência na definição do escopo de projetos	05 - Médio	05 - Médio	25
Deficiência no Planejamento Anual de Contratações	05 - Médio	08 - Alto	40
Deficiências na resposta institucional a achados de Auditoria	05 - Médio	08 - Alto	40
Dependência de fornecedores	02 – Baixo	08 - Alto	16
Dependência de servidores	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento entre estratégia e execução	05 - Médio	08 - Alto	40
Desalinhamento na priorização de processos de trabalho	02 – Baixo	08 - Alto	16
Desatualização de normativos internos	05 - Médio	08 - Alto	40
Descumprimento de Acordos de Nível de Serviços	05 - Médio	05 - Médio	25
Excesso de cargos comissionados	05 - Médio	05 - Médio	25
Inconsistência nos indicadores de Processo de Trabalho	05 - Médio	05 - Médio	25
Insuficiência da Transparência	02 – Baixo	05 - Médio	10
Não aderência a metas socioambientais internas	05 - Médio	05 - Médio	25
Não cumprimento das metas nacionais do Judiciário	05 - Médio	10 - Muito Alto	50
Não observância de requisitos de acessibilidade	02 – Baixo	08 - Alto	16
Vazamento de informações estratégicas por canais informais	05 - Médio	08 - Alto	40



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Objeto da Auditoria: Comunicação Institucional

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
-------	---------------	---------	----------------

		Total	579
--	--	--------------	------------



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Anexo IV – Cronograma de Atividades

Atividade	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	Set/26	Out/26	Nov/26	Dez/26
Análise do Relatório de Gestão Fiscal (3º Quadrimestre de 2025)												
Relação de Ordenadores e de Responsáveis por valores e bens públicos (anual)												
Relatórios Trimestrais de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial (4º trimestre de 2025)												
Auditoria - Gestão de Riscos e Gestão de Processos de Trabalho (iniciada em 2025)												
Auditoria - Gestão do Sistema de Informações e Proteção de Dados (iniciada em 2025)												
Elaborar Manual de Consultoria do Departamento de Auditoria/TJSE												
Monitoramento - Auditoria sobre os Contratos de Prestação De Serviços/Terceirização (iniciada em 2025)												
Auditoria da Prestação de Contas												
Implementar Política de Gestão de Riscos no Departamento de Auditoria Interna/TJSE												
Monitoramento - Auditoria no Cadastro, Marcação e Gozo das Folgas Eleitorais dos Servidores Efetivos e Comissionados (Iniciado em 2025)												



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Atividade	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	Set/26	Out/26	Nov/26	Dez/26
Monitoramento - Auditoria para o Levantamento dos Períodos de Acumulação de Férias dos Servidores Efetivos e Comissionados do TJSE (iniciado em 2025)												
Monitoramento - Auditoria sobre Licença para Tratamento de Saúde: Servidores Efetivos, Comissionados e Requisitados (iniciado em 2025)												
Capacitações												
Gestão Administrativa (Solicitações, Gestão de Servidores, Reuniões, etc.)												
Ação Coordenada de Auditoria (2026) - aguardando definição do Objeto de Auditoria pelo SIAUD-Jud												
Auditoria - Adoção de Práticas de Sustentabilidade (não iniciada)												
Relação de Ordenadores e de Responsáveis por valores e bens públicos (1ª atualização)												
Relatórios Trimestrais de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial (1º trimestre de 2026)												
Análise do Relatório de Gestão Fiscal (1º Quadrimestre de 2026)												
Relatório Anual de Atividades Exercidas - RAIN-T												
Relação de Ordenadores e de Responsáveis por valores e bens públicos (2ª atualização)												



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Atividade	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	Set/26	Out/26	Nov/26	Dez/26
Relatórios Trimestrais de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial (2º trimestre de 2026)												
Plano Anual de Auditoria - PAA (2027)												
Análise do Relatório de Gestão Fiscal (2º Quadrimestre de 2026)												
Relação de Ordenadores e de Responsáveis por valores e bens públicos (3ª atualização)												
Relatórios Trimestrais de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial (3º trimestre de 2025)												
Plano Anual de Capacitação - PAC-Aud (2027)												
Estratégia de Auditoria												
Auditoria Selecionada (conforme tópico de 3 deste)												
Revisão e elaboração de Mapeamentos de Processo de Trabalho												
Monitoramento da Ação Coordenada de Auditoria sobre a Política contra Assédio e Discriminação no Poder Judiciário (2023)												
Monitoramento da Ação Coordenada de Auditoria sobre a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário (2024)												



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
Departamento de Auditoria Interna

Atividade	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	Set/26	Out/26	Nov/26	Dez/26
Monitoramento da Ação Coordenada de Auditoria sobre Gestão e Destinação de Valores e Bens Oriundos de Prestações Pecuniárias, da Pena de Multa, Perda de Bens e Valores (2025)												
Monitoramento da Auditoria - Gestão de Riscos e Gestão de Processos de Trabalho												
Monitoramento da Auditoria - Gestão do Sistema de Informações e Proteção de Dados												